



Ministério da Educação

## ATA DE REUNIÃO

Aos 26 dias do mês de Junho do ano de 2020, das 14h às 18h, em Reunião Virtual - filesender@rnp: [#40323670] Gravação da Videoconferência, realizou-se a 2ª Reunião da Instância Permanente de Negociação e Cooperação Federativa entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios.

A Secretária de Educação Básica e Coordenadora da Instância Permanente, Ilona Becskeházy, apurou o quórum mínimo pela presença na videoconferência, com os participantes discriminados a seguir, e declarou aberta a reunião logo após às 14:00 hs:

### **I - Membros da Instância Permanente de Negociação e Cooperação Federativa entre a União, os estados, DF e os municípios, de acordo com a Portaria nº 542, de 15 de junho de 2020.**

1. Pela Secretaria de Educação Básica: **Ilona Maria Lustosa Becskeházy Ferrão de Sousa**, Secretária, Coordenadora Titular da Instância Permanente e representante do Ministro de Estado da Educação;
2. Pela Secretaria de Alfabetização: **Carlos Francisco de Paula Nadalim**, Secretário, titular;
3. Pela Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação: **Fabício Storani de Oliveira**, Diretor de Políticas para Modalidades Especializadas de Educação e Tradições Culturais Brasileiras, suplente; e
4. Pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep: **Gustavo Henrique Moraes**, Diretor de Estudos Educacionais substituto, suplente.

### **II - Representantes dos Estados e do Distrito Federal, das regiões político-administrativas do Brasil, indicados pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação - Consed.**

1. Pela Região Nordeste: **Frederico da Costa Amâncio**, Secretário de Estado da Educação de Pernambuco, titular;
2. Pela Região Sudeste: **Vítor de Ângelo**, Secretário de Estado da Educação do Espírito Santo, titular;
3. Pela Região Centro-Oeste: **Maria Cecília Amêndola da Motta**, Secretária de Estado da Educação de Mato Grosso do Sul, titular; e
4. Pela Região Sul: **Natalino Uggioni**, Secretário de Estado da Educação de Santa Catarina, titular.

### **III - Representantes dos Municípios, das regiões político-administrativas do Brasil, indicados pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime.**

1. Pela Região Norte: **Vilson Sena de Macedo**, Dirigente Municipal de Educação de Espigão do Oeste/RO, titular;
2. Pela Região Nordeste: **Alessio Costa Lima**, Dirigente Municipal de Educação de Alto Santo/CE, titular;
3. Pela Região Sudeste: **Luiz Miguel Marins Garcia**, Dirigente Municipal de Educação de Sud Mennucci/SP, titular;
4. Pela Região Centro-Oeste: **Carlos de Souza Lobo**, Dirigente Municipal de Educação de Vianópolis/GO, titular; e
5. Pela Região Sul: **Patrícia Lueders**, Dirigente Municipal de Educação de Blumenau/SC, titular.

**Convidados, conforme o Art. 11 da Portaria MEC nº 1.716, de 3 de outubro de 2019:**

1. **Márcia Teixeira Sebastiani** – Secretária Adjunta de Educação Básica/SEB/MEC;
2. **Fausto Luiz Jorge Pádua** – Chefe de Gabinete da SEB/MEC;
3. **Marina Silvestre de Alencar** – Gerente de Projetos da Secretaria Executiva/MEC;
4. **Luiz Alberto D'Ávila de Araújo** – Gerente de Projetos do Gabinete da SEB/MEC;
5. **Lúcio Meira de Mesquita** – Assessor do Gabinete da SEB/MEC;
6. **Luciana da Silva Castro** – Coordenadora-Geral de Projetos e Gestão da Informação Substituta - CGINF/SEB/MEC;
7. **Mauro Lúcio de Barros** – CGINF/SEB/MEC;
8. **Andrea Araújo Pereira** – CGINF/SEB/MEC;
9. **Marta Zafra Sider Lucato** – Diretora de Formação Docente e Valorização de Profissionais da Educação - DIFOR/SEB/MEC;
10. **Vanessa Cristini da Silva Matos** – Coordenadora-Geral de Formação de Professores da Educação Básica - CGFOR/DIFOR/SEB/MEC;
11. **José Roberto Ribeiro Júnior** – Coordenador-Geral de Formação de Gestores e Técnicos da Educação Básica - DIFOR/SEB/MEC;
12. **Heitor Pereira Moreira** – Diretor de Articulação e Apoio às Redes de Educação Básica – DARE/SEB/MEC;
13. **Ana Caroline Calazans** – Coordenadora-Geral de Apoio à Gestão Escolar – DARE/SEB/MEC;
14. **Alexsander Moreira** – Coordenador-Geral de Apoios às Redes e Infraestrutura Educacional - CGARE/DARE/SEB/MEC;
15. **Fabiana Oda** – CGARE/DARE/SEB/MEC;
16. **Augusto Souza Coelho** – Coordenador-Geral de Ensino Médio – COEM/DPD/SEB/MEC;
17. **Renato Brito** – Coordenador-Geral de Jovens e Adultos – DPD/SEB/MEC;
18. **Vivian Ka** – Secretária Executiva da Undime;
19. **Renata Dias Meireles** – Comunicação Social/Undime; e
20. **Cláudio Luis Nascimento Ogliari** – Técnico da Secretaria de Educação do Estado do Paraná – representou o suplente da Região Sul, pelo Consed, Secretário de Educação do Paraná, Sr. Renato Feder.

### **Sumário executivo – resumo das discussões mais relevantes e suas deliberações e questões pendentes.**

#### Introdução - slides comentados. Visão compartilhada dos problemas e soluções mais comuns para políticas educacionais eficazes

O objetivo dessa introdução é apresentar uma visão geral resumida a respeito dos desafios de qualidade e equidade da educação brasileira. Mesmo sendo comuns às autoridades educacionais em todos entes e já tendo sido enfrentados, um Regime de Colaboração bem implementado poderá acelerar as futuras conquistas de todos. Para tal, é preciso delimitar o problema e fazer acordos sobre as opções de seu enfrentamento. Essa é a proposta principal da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação.

## Delimitação do problema e identificação das suas soluções

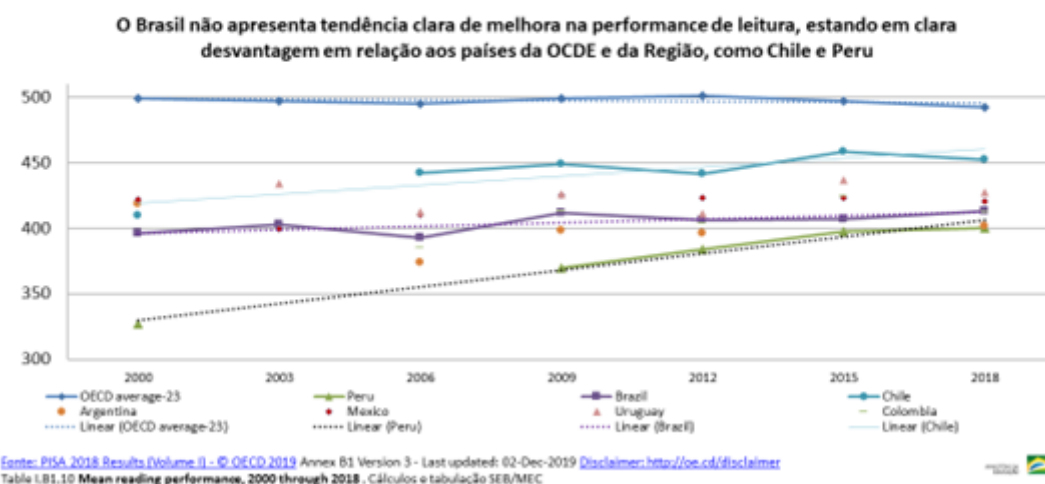
- O problema:
- Os alunos brasileiros apresentam franca desvantagem de desempenho cognitivo - medido pelos exames do Pisa - em relação aos de países desenvolvidos, em desenvolvimento, asiáticos e da América Latina:
  - Escores baixos, distribuição pífia ao longo dos níveis de desempenho e baixa taxa de participação\*
  - Nacionalmente, o problema é o mesmo, o que muda são os baixos parâmetros de aferição da proficiência, somados a programas de correção de fluxo que dão, juntos, uma falsa impressão de que o IDEB está realmente melhorando

\* A população-alvo preconizada pelos organizadores do PISA são alunos de 15 anos, regularmente matriculados em instituições formais de ensino e frequentando a partir do 7º ano. A série modal entre os países participantes é o 10º ano, aqui no Brasil equivalente ao 1º ano do ensino médio



A Secretária apontou que o Brasil começou a universalizar o acesso à educação elementar na segunda metade do século XX, com cem anos de atraso em relação aos países desenvolvidos. Acrescentou que, até o presente, o País, não consegue alfabetizar adequadamente os estudantes. A maneira mais contundente de se observar essa situação é por meio da comparação com outros países.

## Evolução do desempenho e tendência nos países da América Latina - PISA 2000-2018



A titular da SEB/MEC escolheu uma comparação temporal pela medida de proficiência em leitura para todas as edições do Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes[1]), dado que essa métrica vem desde a primeira edição do exame, em 2000. Portanto, permitindo a análise entre países da América Latina em relação com a média dos da OCDE[2], numa série histórica mais longa.

O gráfico mostra o desafio a ser enfrentado, mesmo em relação a países vizinhos. A linha de cima é a média de proficiência dos países da OCDE. A segunda linha de cima para baixo é a equivalente para o Chile, que apresenta trajetória ascendente. O Peru, apesar de apresentar nota mais recente de Leitura abaixo da brasileira, expressa um esforço de recuperação dos alunos. Os alunos do Brasil, não apresentaram evolução do escore médio estatisticamente relevante.

## Para se ter uma ideia do que isso significa:

- A coorte etária de 15 anos no Brasil é composta por 3.132.463 pessoas, nos EUA 4.133.719 e nas 4 principais cidades da China (Beijing, Shanghai, Jiangsu e Zhejiang), 1.221.746
- A taxa de não participação dos brasileiros em 2018 foi de 35%, dos americanos 14% e dos chineses, 19% - portanto, na coorte de 15 anos, o desempenho do Brasil é provavelmente ainda pior do que mostra a média e a distribuição das notas do Pisa porque a população não elegível ou não está matriculada em instituições de ensino, ou está muito atrasada em relação ao esperado para a idade
- O escore médio dos brasileiros não melhora ao longo do tempo e, em 2018 em Leitura, foi de 413 pontos (nível 2), contra 505 (nível 3) dos Estados Unidos e 555 (Nível 4) da China



A Secretária apresentou breve comparação entre três países com coortes etárias representadas no PISA, com dimensão comparável: Brasil, Estados Unidos e China.

## E qual a relação disso com o futuro da força de trabalho no Brasil?

- Em matemática, a diferença entre os escores médios dos participantes é ainda pior, com 591 (nível 4) para as cidades participantes da China, 478 (nível 2) para os Estados Unidos e 384 (nível 1) para o Brasil
- **Portanto, o Pisa mostra que o Brasil teria a capacidade de produzir apenas 27,2 mil alunos de alta performance (Níveis 5 e 6), enquanto que os Estados Unidos 333,3 mil e a China (apenas nas 4 cidades participantes) 471,3 mil – a cada coorte de 15 anos**
- A meta para o Brasil deveria ser chegar, em média, ao nível 3, com não mais de 20% de alunos abaixo do nível 2 e com uma taxa de participação acima de 90%, sem falar em um percentual mais ambicioso para os níveis 5 e 6, de onde mais provavelmente sairia a futura elite pensante do País

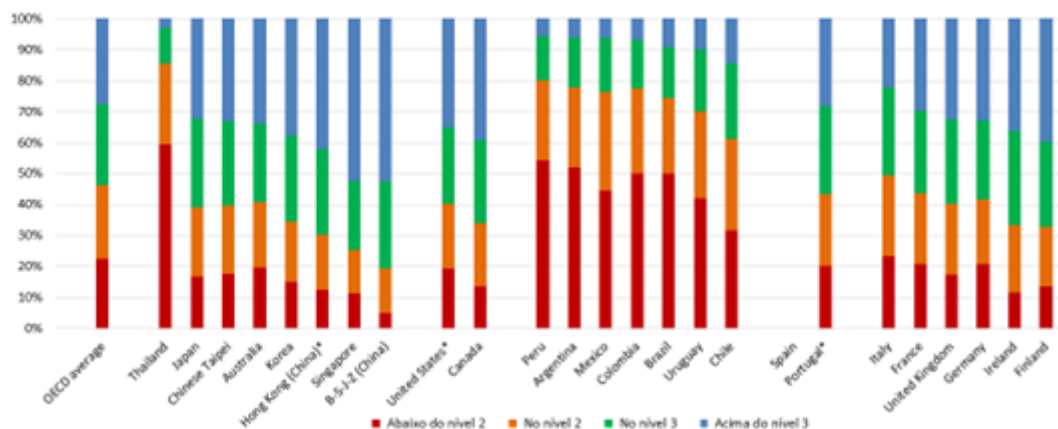
Fontes: OECD (2019), PISA 2018 Results (Volume I): What Students Know and Can Do, PISA, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/5d07c754-en>  
Tabelas I.B1.1 e I.B1. 2; I.A2.1 – Cálculos SEB/MEC



Adicionou que a Lei do PNE recomenda apenas um mínimo a ser atingido pelo País, além de que nossos desafios ainda envolvem a garantia de matrícula e frequência dos alunos, assim como diminuição do atraso escolar. Sobre o termo “elite pensante do País”, a Secretária reconheceu que essas palavras podem soar um pouco duras, mas afirmou que essa é a realidade atual e que apenas encarando os problemas de frente, os países podem estabelecer suas estratégias educacionais.

Mencionou que se observa um padrão de distribuição das notas na América Latina, outro padrão na Europa e outro bem diferente na Ásia, que é a região mais populosa do mundo. E chamou atenção para o gráfico seguinte, que trata da Matemática, disciplina em que a fragilidade de desempenho dos alunos brasileiros e latino-americanos é ainda pior.

## Distribuição dos participantes pelos níveis de proficiência alcançados em Leitura – Pisa 2018

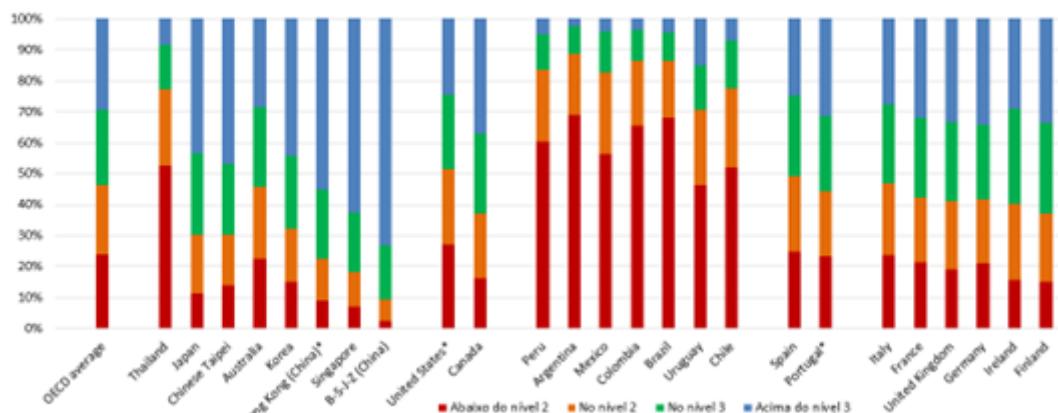


Fonte: Tabelas LB1.1 e L B1.2 - PISA 2018 Results (Volume II) - © OECD 2019 Annex B1 Version 3 - Last updated: 02-Dec-2019 [Disclaimer: http://oe.cd/disclaimer](http://oe.cd/disclaimer)

\*Hong Kong (China), Netherlands, Portugal and United States: Data did not meet the PISA technical standards but were accepted as largely comparable (see Annexes A2 and A4).



## Distribuição dos participantes pelos níveis de proficiência alcançados em Matemática – Pisa 2018



Fonte: Tabelas LB1.1 e L B1.2 - PISA 2018 Results (Volume II) - © OECD 2019 Annex B1 Version 3 - Last updated: 02-Dec-2019 [Disclaimer: http://oe.cd/disclaimer](http://oe.cd/disclaimer)

\*Hong Kong (China), Netherlands, Portugal and United States: Data did not meet the PISA technical standards but were accepted as largely comparable (see Annexes A2 and A4).



Outro aspecto a ser considerado no estabelecimento de políticas educacionais, que foi desconsiderado no Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005 /2014 – para o decênio de 2014 a 2024) é o rápido envelhecimento da população brasileira, que nas próximas décadas levará o País a alterar completamente sua composição demográfica, conforme *slide* abaixo:

## Além disso, o País passa por uma radical alteração de sua composição demográfica

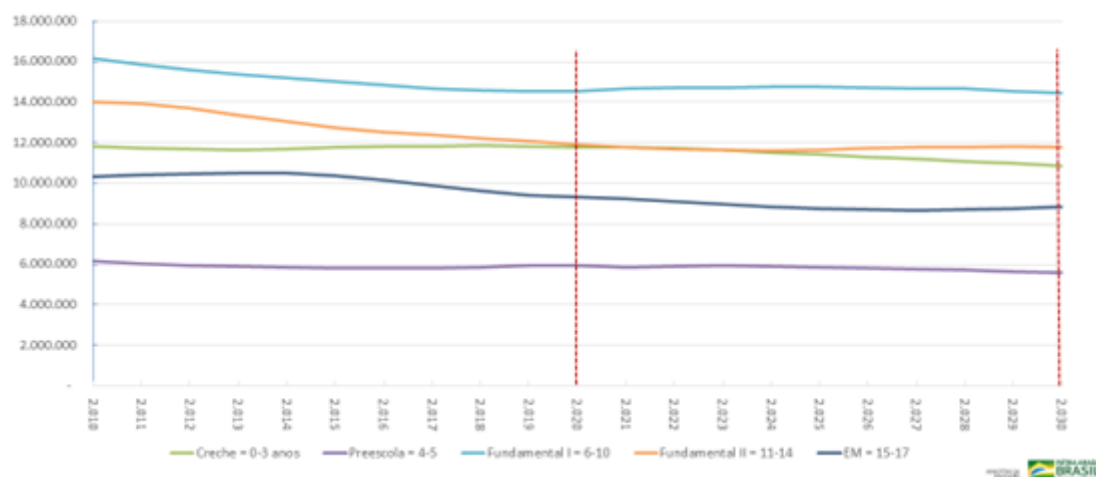


2011 The International Bank for Reconstruction and Development / The World Bank.  
Growing Old in an Older Brazil: Implications of Population Ageing on Growth, Poverty, Public Finance, and Service Delivery

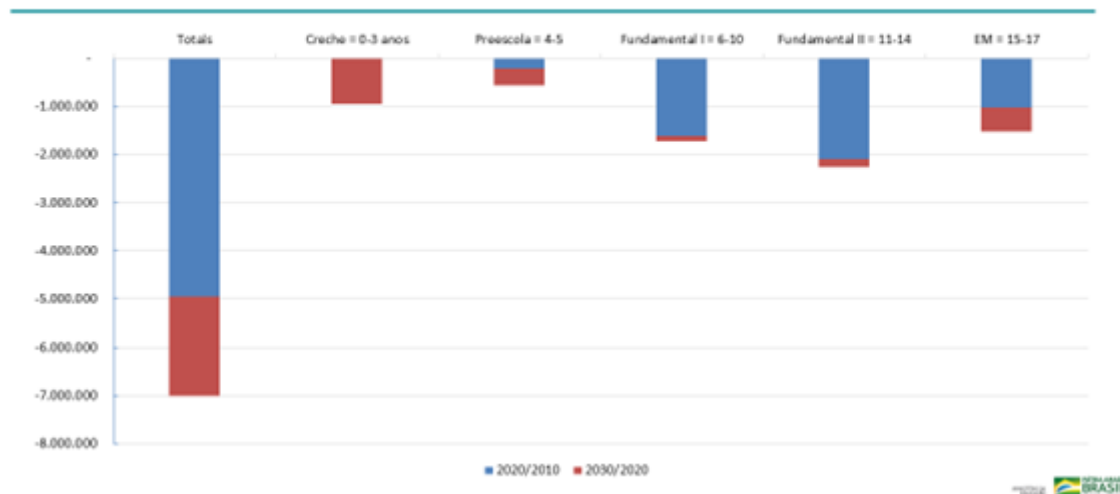


Ressaltou que nossa população ainda continua se percebendo como jovem, mas já não é como foi nos anos 1950, época em que a composição populacional apresentava um formato de pirâmide, de base muito larga e topo estreito. Como se pode ver no gráfico acima, a composição da população do Brasil está se aproximando do formato de pilar para as duas próximas décadas, quando, segundo o estudo citado, a estimativa é que grande parte da população esteja acima dos 70 anos de idade. Ao expor esses dados, a titular da SEB/MEC, em relação ao compromisso assumido pelo Coordenador da Instância Permanente na última reunião sobre a: expectativa de crescimento populacional para as faixas etárias atendidas pela educação básica, informou aos senhores Secretários de Educação, que esses dados de projeção populacional podem ser encontrados no *site* do IBGE, de forma desagregada, inclusive por município, no seguinte *link*: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=downloads>

### Evolução da população por idade simples agrupada pelas faixas etárias esperadas para cada etapa letiva (2010-2030)



## Diferenças absolutas de população por idade simples agrupada por etapa letiva correspondente entre décadas (2020/2010; 2030/2020)



Sobre o gráfico acima, comparou os dados projetados de duas décadas: entre 2010 e 2020 e entre 2020 e 2030 para as faixas etárias das etapas escolares. Esclareceu que, na primeira década, já perdemos 5 milhões de estudantes, e ainda vamos perder mais 2 milhões na próxima. De acordo com a projeção para 2030, cerca de 1 milhão de pessoas elegíveis à creche deixarão de nascer, diminuindo a demanda por esta etapa, assim como pelas demais.

A Secretária informou, no slide seguinte, sobre quais são as soluções de política pública utilizadas para melhorar a qualidade e a equidade dos sistemas educacionais em países que já obtiveram sucesso, utilizando medidas provas padronizadas internacionais, tais como PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes[3]), TIMMS (*Trends In International Mathematics And Science Study*[4]), PIRLS (*Progress In International Reading Literacy Study*[5]) e LLECE (Laboratório Latino-americano de Avaliação da Qualidade da Educação[6]).

## A solução comum aos países desenvolvidos

- Os alunos brasileiros devem aprender na escola tanto ou mais que seus pares em países desenvolvidos
- O aprendizado só ocorre quando os alunos estão expostos ao que se chama de **oportunidades de aprendizagem de qualidade**:
  - Objetivos de aprendizagem claros e ambiciosos
  - Material de ensino apropriado para ensinar cada um deles
  - Professores e/ou pais com capacidade didática (ensinar, monitorar o aprendizado, guiar o aluno pelo caminho e estimular emocionalmente)
  - Avaliação formativa (parte do aprendizado) e somativa (penalidade/recompensa pelo nível de engajamento, além do monitoramento do direito à educação pelas autoridades competentes)

## O impedimento local

- Baixíssimo nível de expectativas de aprendizagem, desconectadas das tendências mundiais de aumento de ambição acadêmica para os egressos das redes escolares públicas e privadas, que se reflete:
  - No material didático oficial (PNLD)
  - Na formação docente frágil e desconectada com as necessidades do País e dos alunos
  - Nos parâmetros de avaliação de sistema (SAEB) e de acesso ao ensino superior (ENEM)
- A baixa expectativa NÃO FOI SUPERADA com a criação da BNCC
- O Brasil precisa de um CHOQUE DE ALTAS EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM, que só pode ser materializado por meios de exemplos concretos de como funciona uma sala de aula competente



Sobre baixas expectativas de aprendizagem, a Secretária lembrou que o Relatório Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências (RENABE), em elaboração, fruto da Conferência Nacional de Alfabetização (CONABE), contempla uma comparação sobre parâmetros curriculares de alfabetização em países com alto desempenho nas provas padronizadas citadas anteriormente, quando também teve a oportunidade de refrescar suas referências para o ensino da Matemática elementar, que, assim como a alfabetização, tem início ainda na educação infantil, seguindo ao longo do ensino fundamental, com clara progressão de complexidade. Assim, a titular da SEB/MEC afirmou que existe uma questão a ser superada na BNCC. Nos *slides* a seguir, apresentou exemplos de choque de expectativas e justificou a escolha de um item de matemática (fração), por ser um conceito de fácil comparação.

## Exemplos do choque de expectativas de aprendizagem: Brasil x Singapura

Expectativas tímidas e fragilmente especificadas BNCC – 2º ano e 4º ano do ensino fundamental	Expectativas ambiciosas e claramente especificadas Singapura – 2º ano do ensino fundamental
<p>A palavra fração/frações só aparece na BNCC no <b>4º ano do ensino fundamental</b>:</p> <p>Objeto de conhecimento = Números racionais: frações unitárias mais usuais (1/2, 1/3, 1/4, 1/5, 1/10 e 1/100) Habilidade = (EF04MA09) Reconhecer as frações unitárias mais usuais (1/2, 1/3, 1/4, 1/5, 1/10 e 1/100) como unidades de medida menores do que uma unidade, utilizando a reta numérica como recurso.</p> <p>Antes disso, o conceito de <b>metade</b> aparece apenas no 2º ano: Objeto de conhecimento = Problemas envolvendo significados de dobro, metade, triplo e terça parte Habilidade = (EF02MA08) Resolver e elaborar problemas envolvendo dobro, metade, triplo e terça parte, com o suporte de imagens ou material manipulável, utilizando estratégias pessoais. (BNCC pag. 280-281; 288-289)</p>	<p>Fraction of a whole</p> <p>1.1 Notation and representation as fractions 1.2 Comparing and ordering fractions with denominators of given fractions not exceeding 12</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Unit fractions</li> <li>• Like fractions</li> </ul> <p>Students should have the opportunities to:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>Give examples of fractions in everyday situations and use language as "2 out of 3" to describe fractions</li> <li>Use concrete objects, fractions discs and pictorial representations to represent and interpret fractions in terms of unit fractions, eg 3/5 is 3 units of 1/5+1/5+1/5, or 3 fths, and to compare the sizes of fractions referring to the same whole</li> <li>Use fraction discs to represent and compare two unit fractions and explain why the greater the denominator, the smaller the unit fraction, eg 1/8 is smaller than 1/3</li> <li>Use fraction discs to represent and compare two like fractions (ie fractions with the same denominator) and explain why the greater the numerator, the greater the like fraction, eg 6/7 is greater than 4/7</li> <li>Achieve mastery of fraction recognition and comparison by playing games using fraction cards (pictures and symbols), including applets and digital games</li> </ol>

Fonte: Mathematics Syllabus – Primary One to Six (in implementation starting with 2013 Primary One Cohort) (2012, Curriculum Planning and Development Division, p. 38-39)



Explicou ainda que o currículo de Singapura é um dos mais detalhados de que se tem conhecimento e tem sido fonte de inspiração para vários países desenvolvidos. Os *slides* (abaixo e acima) mostram maiores detalhamentos e nível de exigência no currículo de Singapura, comparado ao mesmo item na BNCC. Explicou como o detalhamento do currículo de Singapura facilita a montagem de plano de aula pelo professor e também deixa os objetivos pedagógicos mais claros para alunos e professores, aumentando o engajamento de ambos.



## Enquanto isso, em Singapura no quarto ano...

Content	Learning Experiences
<b>SUB-STRAND: FRACTIONS</b>	
<b>1. Mixed Numbers and Improper Fractions</b>	
1.1 mixed numbers, improper fractions and their relationships	Students should have opportunities to: <ul style="list-style-type: none"> <li>(a) give examples of fractions in everyday situations, including measurements, e.g. <math>\frac{1}{2}</math> kg, <math>1\frac{1}{4}</math> litres, <math>\frac{1}{2}</math> m, etc.</li> <li>(b) use fraction discs/number line to represent and interpret fractions greater than one whole as improper fractions and mixed numbers.</li> <li>(c) compare two fractions using fraction discs, and then without using fraction discs by changing to common denominators.</li> <li>(d) compare and order whole numbers and fractions on a number line.</li> <li>(e) achieve mastery of conversion between mixed numbers and improper fractions by playing games using fraction cards (pictures and symbols) including digital games.</li> </ul>
<b>2. Fraction of a Set of Objects</b>	
2.1 fraction as part of a set of objects	Students should have opportunities to: <ul style="list-style-type: none"> <li>(a) divide a given set of concrete objects into equal parts and use this to               <ul style="list-style-type: none"> <li>- illustrate the concept of fraction of a set (e.g. when a set of objects is divided into 3 equal parts, <math>\frac{2}{3}</math> of the set is 2 out of the 3 equal parts).</li> <li>- find a fraction of a set by adding up the objects in the parts (e.g. when a set of 24 objects</li> </ul> </li> </ul>
<b>3. Addition and Subtraction</b>	
3.1 adding and subtracting fractions with denominators of given fractions not exceeding 12 and not more than two different denominators 3.2 solving up to 2-step word problems involving addition and subtraction	Students should have opportunities to: <ul style="list-style-type: none"> <li>(a) use fraction discs to illustrate addition and subtraction of fractions with answer greater than one whole, and express the answer as a mixed number or improper fraction.</li> <li>(b) work in groups to create 2-step word problems involving addition and subtraction of fractions for other groups to solve.</li> </ul>



Por fim, a Secretária ressaltou que essa era a introdução que ela gostaria de fazer e indagou se algum dos participantes teria algum comentário. Como não houve manifestações, deu sequência à reunião.

### Pauta – deliberações e encaminhamentos:

#### 1. Definição do cronograma de reuniões a serem realizadas em 2020.

- Foi feita a sugestão para dia 10 de dezembro de 2020. Caso haja discordância quanto à data proposta, manifestações devem ser feitas até a aprovação desta Ata.
- Na reunião de dezembro de 2020 será definido o calendário de 2021, seguindo §2º, do Art. 4º da Portaria nº 201, de 4 de fevereiro de 2020.

#### 2. Proposta de alteração da Portaria MEC 1.716/2019, que dispõe sobre a instituição, a organização e o funcionamento da Instância Permanente – as alterações das normativas ainda vão depender de análise da CONJUR MEC.

- Os integrantes, da Undime e do Consed seriam os representantes formais de cada região do país, de acordo com os estatutos dessas instituições;

O Secretário de Educação do Estado de Pernambuco, Fred Amâncio, e o Secretário de Educação do Estado do Espírito Santo, Vitor Ângelo, sugeriram que os presidentes nacionais da Undime e do Consed fossem incluídos como representantes.

Como encaminhamento a Secretária concordou em incluir os presidentes nacionais, além dos representantes regionais do Consed e da Undime, alterando de 5 para 6 o número de representantes de cada colegiado.

#### 3. Proposta de alteração do Regimento Interno da Instância Permanente (Portaria MEC nº 201/2020).

- Redução do prazo para informar, quando houver mudança, o nome da pessoa que ocupa o cargo para representação na Instância;
- O prazo de convocação da reunião passa de 20 dias, para 10 dias corridos;
- Alteração no regimento interno e na Portaria 1.716/2019, quanto à preferência para a modalidade de reunião virtual (videoconferência), mas que, quando necessário, as reuniões presenciais podem ser realizadas. Sobre o tema, a Undime sugeriu que as reuniões fossem preferencialmente

presenciais, mas em situações de excepcionalidade serem virtuais. Tal sugestão contou também com o apoio de integrantes do Consed. Como encaminhamento, a Secretária Ilona Becskeházy registrou que a redação que prevalecerá é de que as reuniões ocorrerão preferencialmente nas dependências do MEC, salvo em situações de manifesta excepcionalidade.

- O prazo para o envio da pauta, assim como de materiais a serem analisados previamente, será de 5 dias de antecedência. Nesse sentido, o texto do regimento será ajustado conforme decisão por consenso.
- Em relação à coleta de assinaturas na ata da reunião para publicação, conforme determinado pelo TCU, foi proposto que a Secretaria Executiva da Instância Permanente confeccionará as atas e solicitará as assinaturas por até duas vezes durante o prazo de 20 dias corridos. A ausência da assinatura após essa data será considerada como aprovação tácita do conteúdo da ata. Após algumas manifestações, a proposta de redação foi aprovada.

#### **4. Ações que envolvam Educação de Jovens e Adultos (EJA).**

- A EJA e o Ensino Técnico e Profissional compõem a segunda frente de trabalho conjunto com o Banco Mundial. Segundo o entendimento da Secretária, a melhor maneira de atender a EJA é de forma integrada ao ensino técnico, mas toda a reforma do EM que está sendo retomada no Projeto do Banco Mundial será previamente apresentada aos representantes dos entes subnacionais.
- A Secretária afirmou que existe um estudo referente aos itinerários formativos e parte desse trabalho está bem adiantado pela Setec, que tem a grande capilaridade dos Institutos Tecnológicos. Assim, foram previstas as seguintes frentes de trabalho: a primeira voltada para as áreas do conhecimento e a segunda para o ensino técnico integrado à EJA. Os currículos elaborados pela Setec podem auxiliar às secretarias de educação a prepararem os cursos técnicos, que por sua vez estariam integrados às necessidades econômicas locais, qualificando o capital humano e fomentando a empregabilidade.
- O Secretário Natalino Uggioni elogiou a iniciativa de oferta de curso profissionalizante integrado à modalidade de EJA, pois vai tornar essa modalidade muito mais atrativa, dado que preparar bem os alunos para o mundo do trabalho é um estímulo para que os alunos não abandonem os cursos e consigam concluir seus estudos.
- A Secretária Ilona Becskeházy destacou ter confiança e expectativas positivas em relação ao trabalho do Secretário Ariosto e sua equipe, o objetivo é identificar quanto das áreas gerais de conhecimento é necessário que os alunos saibam, para compor os currículos de cada carreira técnica. Nesse sentido, os recursos do acordo de empréstimo com o Banco Mundial podem ser bem utilizados para conclusão desse trabalho.

#### **5. Determinações e recomendações do TCU acerca da Instância Permanente.**

- A Secretária informou que foram levantadas todas as recomendações e determinações do TCU à SEB, em relação à Instância Permanente e sistematizou em uma Nota Técnica que foi enviada, acompanhada de Ofício, aos membros da Instância, antes da reunião. Ressaltou que considera importante compartilhar as informações, por serem ações de responsabilidade de todos os níveis federados envolvidos.

#### **6. Projeto Novo Ensino Médio (NEM) e Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI), junto ao Banco Mundial (BM).**

- A Secretária destacou a importância de fortalecer a BNCC, sobretudo na etapa do Ensino Médio. Dentre os problemas, citou as dificuldades do PNLD em produzir obras que atendam ao novo currículo proposto, principalmente no que se refere aos temas transversais e aos itinerários formativos.
- Na sequência, apresentou as informações relacionadas ao acordo com o Banco Mundial para a implementação do Novo Ensino Médio. Informou que são US\$ 250 milhões de dólares, dos quais

US\$ 221 milhões já foram utilizados, mas a SEB está buscando a prestação de contas junto ao FNDE, uma das condições impostas pelo Banco Mundial a serem cumpridas. E para os recursos disponíveis, no montante de US\$ 29 milhões, a proposta é utilizar na elaboração dos Itinerários Formativos para o Ensino Médio, com apoio de consultorias inerentes ao Acordo do Projeto e a Legislação aplicável.

- Ainda sobre a reforma do ensino médio, a Secretária observou que temos um público-alvo formado por jovens que perdem o interesse e abandonam a escola ou ficam atrasados, aumentando o potencial de vulnerabilidade. Logo, a reforma do ensino médio se propõe a atuar para tornar as escolas mais atrativas aos estudantes.
- Informou, ainda, que foram realizadas várias reuniões com o Banco Mundial, oportunidade em que foram definidas quatro frentes de trabalho: a primeira se refere às áreas do conhecimento (Matemática/Linguagens/Ciências da Natureza/Ciências Sociais), a segunda contempla a EJA integrada ao Ensino Técnico e Profissional, a terceira trata da conectividade escolar e a quarta tem por objetivo as ações de mitigação de questões operacionais entre SEB, STIC e FNDE, mapeadas internamente em Notas Técnicas.
- A Secretária informou que foi feito um grande esforço de compreensão e negociação junto ao Banco Mundial, que resultou na flexibilização da utilização dos recursos de consultoria. A inclusão do Ensino Fundamental Anos Finais nos estudos, como já havia sido mencionado e destacado pelo Fred Amâncio, é um dos pontos da flexibilização, outro se refere a separar recursos para buscar soluções técnicas para mitigar estas questões institucionais. Destacou que a Unidade de Gerenciamento de Projetos (UGP) está sendo ativada e que o Banco Mundial já está mobilizando consultores especializados para as temáticas propostas.

#### 7. Fundeb – negociação com Consed sobre recursos da ordem de R\$ 313 milhões.

- A Secretária Ilona Becskeházy informou sobre a negociação no âmbito do Fundeb que resultou em uma compensação da ordem de R\$ 313 milhões aos estados. Lembrou que é preciso haver a elaboração de normativos para estes recursos, mas já pode adiantar três pontos, informalmente apontados pelo Secretário Fred Amâncio, que serão as bases nas normativas pertinentes:
  - i. Para que o dinheiro chegue mais rápido está sendo criado um PDDE especial que vale apenas para esses recursos extraordinários;
  - ii. Quanto aos tipos de gastos, serão as escolas que irão definir as suas prioridades e
  - iii. Não será feito uma ata nacional de preços. Uma ata nacional só iria atrasar e dificultar a implementação desse processo.
- Luiz Miguel Garcia solicitou esclarecimentos sobre a referida negociação e Fred Amâncio respondeu que se trata de negociação feita no final de 2019 e que mais recentemente se decidiu que estes recursos seriam utilizados na reorganização das redes e das escolas no pós-pandemia. Vítor de Ângelo parabenizou o esforço e elogiou a iniciativa do PDDE especial para permitir que o dinheiro chegue mais rápido na ponta e informou que o Consed está discutindo e avaliando o tema.
- Abaixo estão os principais pontos da proposta em negociação informal com Consed sobre os recursos oriundos da negociação do Fundeb, no montante de R\$313 milhões:
  - i. PDDE Especial é a forma identificada pela Secretaria Executiva do MEC como sendo a mais segura e célere para transferência dos recursos para as escolas. As necessidades prementes identificadas pelos Secretários Estaduais foram (informação ainda não oficializada);
  - ii. Gastos com aquisição de itens de consumo para utilização nas escolas decorrentes da Pandemia (Por exemplo: álcool gel, álcool 70%, desinfetante, sabonete líquido, sabão, papel toalha, máscaras, *face shield*, outros);
  - iii. Gastos com obras de adequação nas escolas (lavatórios, banheiros, acesso à água, ventilação nas salas de aula, outros);
  - iv. Gastos com acesso à Internet para os estudantes.

- Ainda sobre esse assunto a Sra. Patrícia informou que havia tido uma reunião com o Presidente do FNDE, oportunidade em que foi levantado a possibilidade da SEB ter uma ata nacional de registro de preços para a aquisição de EPs, tendo em vista as dificuldades dos municípios em adquiri-los, e indagou à Secretária sobre o assunto.
- O Sr. Luiz Alberto, Gerente de Projetos do Gabinete da SEB, acrescentou que em reunião com Presidente do FNDE foi levantada solução que poderia ser mais célere para atender à urgência do tema, sugerindo a busca junto a eventuais atas do Ministério da Saúde.
- Em seguida, o Sr. Fausto, Chefe de Gabinete da SEB, confirmou que o FNDE havia explicado da dificuldade de tratar esse tipo de aquisição por meio de atas nacionais de preço. A conclusão foi de o SEB faria um levantamento junto ao Ministério da Saúde, bem como junto ao Programa Saúde na Escola, a fim de encontrar atas que já estivessem registradas, nas quais pudesse haver adesão do MEC.
- O Sr. Alexander destacou que o FNDE havia informado sobre a necessidade de haver uma política pública da SEB que fizesse a vinculação com uma ata de registro de preços. Pensou-se que o Programa Saúde na Escola poderia ser este indutor.
- A Secretária Ilona Becskeházy finalizou o assunto solicitando ao Sr. Fausto que acompanhasse esse tópico e circulasse entre os presentes a ata da reunião mencionada, colocando-o como ponto focal para o tema.
- Ainda sobre ações relacionadas ao retorno às aulas, a Secretária informou que houve um esforço da Área Internacional do GAB MIN em produzir um levantamento sobre o tema da retomada das aulas pós-pandemia. O levantamento foi apresentado no CNE, no Comitê de Operações Emergenciais e está sendo usado, juntamente com as contribuições e experiências da Undime e do Consed, como base para a elaboração da nova resolução do CNE, a ser votada provavelmente na semana seguinte.
- Comentou que foi considerado o sucesso o Parecer CNE nº 5 e que se espera ter o mesmo sucesso em relação à nova normativa para a retomada das atividades, a fim de mitigar riscos de litigâncias e judicialização em nível local, como decorrência dos efeitos da pandemia e das limitações sanitárias.
- Informou ainda, que estão analisando detalhadamente os cursos EAD e os conteúdos à distância já existentes (Avamec, Impa, Sealf), para atender escolas e alunos, a um custo menor e com maior qualidade, fazendo o melhor uso da tecnologia disponível.

#### Itens adicionais – Debates, Deliberações e Encaminhamentos:

##### 1. ***Desenho de política pública baseado em evidências.***

- A Secretária destacou a necessidade de se contar com as universidades para fazer desenhos de políticas públicas e sugeriu, que ao final da reunião, fosse apresentada uma lista com temas que pudessem demandar a elaboração de perguntas de pesquisa, com o objetivo de responder, desenhar e monitorar melhor as ações realizadas na SEB, junto com os entes federados. Como exemplo de temas, a Secretária destacou a questão da fluência em leitura, seguida do plano de carreira e da certificação dos gestores, dentre outras, que surgissem ao longo daquele encontro.

##### 2. ***Grupo de trabalho – Criação de Indicadores de fluência em leitura oral.***

- O Secretário de Educação do Estado de Pernambuco, Sr. Fred Amâncio, observou que o tópico sobre avaliação de fluência proposto na reunião da Instância realizada em dezembro de 2019, estava dentro da discussão sobre o ensino médio (EM) na Meta 3 do PNE. Contou que surgiu uma discussão sobre a possibilidade de se avançar no sentido de avaliar fluência dos estudantes do EM e ponderou que isso não seria impossível, embora não fosse comum. No entanto, disse que já havia desafios enormes: 1. Implementar o “Tempo de Aprender” e 2. Expandir a avaliação de fluência para todo o ciclo de alfabetização. Argumentou que implementar avaliação de fluência no 1º e 2º anos do ensino fundamental (EF) em todo o País já seria um passo ambicioso e, talvez, o próximo

passo seria avançar nessa implementação para incluir os anos restantes do EF, antes de se dar esse salto para o EM.

- O Secretário de Alfabetização do MEC, Sr. Carlos Nadalim, disse que a proposta do Secretário Fred Amâncio era boa, levando em consideração a adesão ao “PIRLS” (*Progress in International Reading Literacy Study*), que é um exame de compreensão leitora para alunos do 4º ano do EF, sendo esse o momento em que as crianças devem provar a consolidação da aprendizagem da leitura. Reafirmou ser uma boa proposta, acatada por sua parte e acrescentou a sugestão de que esse grupo discuta a criação de indicadores de fluência em leitura oral para os anos iniciais, especificando o que já aparece na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).
- O Secretário Nadalim ressaltou que a proposta apresentada seria a criação dos indicadores de fluência para os anos iniciais do EF. Então, nesse grupo, se discutiria, tecnicamente, a criação desses indicadores, com a participação de todos, incluindo Inep e especialistas da Conabe, que trataram do tema no Renabe.
- Com diferentes pontos de atenção, a Secretária Ilona Becskeházy propôs como encaminhamento que todos dedicassem tempo, atenção e leitura prévia ao Renabe, para tratar dos próximos passos técnicos para a abordagem do tema alfabetização nas redes de ensino. Trata-se de um relatório técnico abrangente, com lançamento previsto para cerca de 2 meses, após o qual os membros da Instância Permanente deveriam se reunir, de preferência em um grupo de trabalho técnico, para estudar as implicações do relatório e determinar o que é factível como abordagem para o tema. Ressaltou que considera importante não perder essa oportunidade, já que todos os presentes seriam convidados para o lançamento do Renabe.
- Por fim, a Secretária solicitou àqueles entes que não estavam representados que, se tivessem alguma experiência local, assim como nos casos de PE, SC e CE, que pudessem sistematizar suas experiências para enriquecer os debates. Ela ressaltou, no entanto, que quando for fazer a reunião, fará toda uma especificação de leitura prévia, da divisão em fóruns mais restritos e especializados permitindo discussões mais aprofundadas.

### 3. **Cardápio de relacionamento no âmbito da Instância Permanente.**

- O Sr. Alexander Moreira, Coordenador-Geral de **Coordenador-Geral de Apoios às Redes e Infraestrutura Educacional (CGARE/SEB)**, informou que trataria de vários assuntos, os quais muitos dos presentes já acompanham, em diferentes fóruns: Regime de Colaboração; Sistema de Apoio ao Monitoramento dos Planos Subnacionais de Educação, construído a partir do aprendizado gerado pela plataforma do Conviva e da plataforma de Santa Catarina, Financiamento e Trabalho em Rede, que visa dar suporte e fornecer informações ao debate e à tomada de decisões no âmbito da Instância Permanente.
- Destacou que o TCU tem demandado um trabalho complexo de conexão entre o PAR, o PDDE e o monitoramento dos planos subnacionais. Ele considera que esta demanda faz todo o sentido e, por isso, para esse novo ciclo do PAR (PAR 4), que começa em 2021, foi proposta uma mudança bastante inovadora: todos os dados do Censo Escolar estarão automaticamente para a seção do diagnóstico, inclusive com gráficos. Além disso, na parte de planejamento, as iniciativas estarão vinculadas aos planos municipais e estaduais de educação, bem como aos Termos de Compromisso já firmados. Tudo isso integrado aos critérios gerais e critérios por iniciativa que foram estabelecidos em resolução para o novo ciclo do PAR.
- Sobre o Trabalho em Rede, ele disse que visa conectar a SEB com a Sealf, a Setec, a Semesp, para que possam fazer um trabalho conjunto e integrado. Segundo ele, esse trabalho está subdividido em três frentes: Regime de Colaboração; Parâmetros de Qualidade; e Monitoramento e Avaliação dos Planos de Educação Subnacionais;
  - i. Regime de Colaboração: estão trabalhando com a Undime, o Consed, as lideranças de ADEs e as lideranças de consórcios, no âmbito do curso inicial de gestores, para trazer conhecimento e cases de quem se organiza de alguma forma diferenciada no território e que atende ao regime de colaboração.

- ii. Monitoramento e Avaliação dos Planos de Educação Subnacionais: traduz-se na Plataforma +PNE, para a qual elaborado marco regulatório para dialogar diretamente com o PAR, integrando as informações. O PDDE interativo vai estar integrado à Plataforma +PNE e ao PAR. O Sr. Alexander ressaltou que a Plataforma +PNE vai oferecer um módulo para o monitoramento dos planos subnacionais e que será retomada a rede de atores que desenvolviam um trabalho de monitoramento na ponta. Segundo ele, esse é o modelo que está sendo pensado. Haverá coordenadores nacionais, coordenadores regionais, articuladores estaduais e municipais. Além disso, comporá essa plataforma o Programa de Inovação e Educação Conectada.
- Com relação ao **PDDE Interativo**, afirmou o Sr. Alexander que vão ser retomadas as questões relacionadas ao diagnóstico da escola, ligado ao PAR e ao Educação Conectada. Também será retomado o material relativo ao PDE Escola. A ideia é integrar programas da SEB, Sealf e Semesp, nesse âmbito.
    - i. Quanto aos Programas e Ações Relacionados ao PDDE, o primeiro mencionado pelo Sr. Alexander foi o Programa Novo Mais Educação, que está em desenho e que visa atender ao ensino fundamental de forma integrada ao PDDE. Ainda estão sendo criados os critérios de priorização de transferências, para atender a quem está atuando na ponta.
    - ii. Outro programa, o Mais Alfabetização, segundo o Sr. Alexander, tem questões que ainda precisam ser corrigidas, mas está sendo trabalhado em conjunto pela SEB e Sealf para que possa ser finalizada sua migração para a Secretaria de Alfabetização.
    - iii. Em relação ao Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio, que também é atendido pelo Programa PDDE Interativo, afirmou que seus critérios estão sendo revisitados. A proposta é que seja feito o monitoramento de todos esses programas, e que o diagnóstico e o planejamento da escola conversem com o planejamento realizado no PAR, facilitando o próprio monitoramento.
    - iv. O Programa de Inovação Educação Conectada será tratado mais detalhadamente com os presentes em reuniões técnicas específicas, para que todos possam apresentar suas contribuições.
    - v. Com relação ao PNLD, como a escolha dos livros é realizada no âmbito do PDDE Interativo, ressaltou o Sr. Alexander que será necessário aperfeiçoar o módulo livros, a fim de que esse atendimento esteja conectado tanto à escolha do PDDE quanto ao FNDE, porque, hoje, quando os municípios e estados entram na página do PDDE, são remetidos para a página do FNDE.
    - vi. Quanto ao Programa Tempo de Aprender, da Sealf, explicou que o mesmo incorporará o Programa Mais Alfabetização.
    - vii. Acrescentou que o Programa Escola Acessível, da Semesp, está sendo discutido conjuntamente e que o novo programa, denominado Sala de Recursos, será apresentado futuramente.

#### 4. ***PNLD para a educação infantil.***

- A Secretária afirmou que foi realizado um grande esforço para a produção do PNLD para a educação infantil. Um livro para a faixa etária de 4 e 5 anos, voltado principalmente para aquelas crianças que não têm em suas casas material para rabiscar, colorir, colar, para o desenvolvimento das habilidades iniciais da alfabetização, de habilidades motoras finas e cognitivas. Nesse sentido, solicita apoio dos presentes para esse trabalho.
- O Sr. Alessio Lima mencionou que foi adotado um material estruturado para a faixa etária de 4 e 5 anos na rede de seu município. Sabe que há alguns especialistas que discordam, argumentando que diminui a autonomia do professor, mas reconhece as fragilidades da formação inicial docente e, sobretudo, da formação voltada para a educação infantil. Segundo ele, embora afirme que gostaria de ouvir a opinião da Sra. Patrícia a esse respeito, esse material faz toda a diferença, porque orienta

o trabalho em sala de aula, sistematiza as atividades, evita improvisos, permite a otimização do tempo, dá mais solidez à ação pedagógica do professor e, diferentemente do que algumas pessoas criticam, não promove a antecipação da escolaridade do aluno, visto que as atividades diárias, em folhas grandes destacáveis, uma para cada dia, estão no nível da faixa etária em questão, permitindo um brincar com uma intencionalidade mais forte. Continuou afirmando que, se o material do governo federal chegar, irá gerar uma economia em municípios como o dele e em outros que já compram esse tipo de material. Além disso, se os materiais forem colocados no PNLD com opções de escolha, considerou que as redes poderão selecionar os que melhor se adequem às suas realidades locais e às suas concepções de educação infantil. Comentou ainda que existe muita desigualdade entre as crianças que frequentam escolas privadas, com acesso a toda uma estrutura, e as crianças de famílias mais carentes, que muitas vezes não têm nem um caderno em casa.

- Segundo a Sra. Patrícia Lueders, a Undime pensa em todos os municípios do Brasil e sua única preocupação é que o material siga o currículo da educação infantil, não sendo contrária à existência desse material. Ressaltou que fez uma leitura minuciosa do edital e que fez um pedido ao Secretário Nadalim, para que o material didático não seja vinculado ao material literário, pois algumas redes já têm um trabalho encaminhado, mas outras não, então é importante preservar a possibilidade de escolha de um ou outro material, ou ambos, pelas redes.
- A Secretária Ilona Becskeházy afirmou que os materiais são independentes, sendo um livro para professores da faixa de 0 a 3, um livro para professores de 4 a 5, com o material para o aluno, e o material literário separado em outro objeto no edital.
- Na opinião da Sra. Patrícia, a própria BNCC traz essas questões, mas defendeu que a criança deva ser sempre a protagonista do processo, não significando que ela não possa ter contato com esse tipo de material, para não chegar no 1º ano sem ter a noção do que seja um lápis, uma tesoura, uma borracha.

#### 5. **Representação no Conselho Nacional de Educação (CNE).**

- O Sr. Luiz Miguel Garcia apresentou um pedido para que a Secretária Ilona Becskeházy reforce a importância de que seja garantido um espaço de representação dos municípios e dos estados no âmbito do CNE na nova composição. Atualmente a Undime e o Consed têm assento no CNE e isso tem colaborado muito para o desenvolvimento dos trabalhos do Conselho, na medida em que trazem experiências do chão de escola e das redes para as discussões, quando, ao mesmo tempo, traz para as estruturas do Consed e da Undime as informações no momento em que elas estão sendo geradas, ampliando a qualidade de sua programação nos últimos quatro anos.
- A Secretária Ilona Becskeházy comentou que não tem se envolvido com essa questão, em virtude dos aspectos políticos envolvidos e em razão da quantidade de assuntos novos com os quais tem lidado nesses 60 dias em que está à frente da Secretaria.
- Segundo o Sr. Fred Amâncio, o que gostariam de reforçar é a importância das representações do Consed e da Undime no CNE, os quais sempre foram muito ativos porque conhecem bastante o chão de escola e permitem a conexão com as redes.

#### 6. **Currículo do Ensino Médio.**

- O Sr. Natalino Uggioni concordou com as manifestações dos Srs. Luiz Miguel Garcia e Fred Amâncio e, em seguida, informou que Santa Catarina está escrevendo o currículo do ensino médio, à luz da BNCC e do Novo Ensino Médio, que já está implantado nas escolas piloto. Assim, solicitou apoio do MEC para construir esse currículo, para que venha a atender as expectativas dos jovens e os prepare para uma carreira universitária ou para o mundo do trabalho.
- A Secretária Ilona Becskeházy afirmou que já se manifestou publicamente sobre a BNCC do ensino médio, pois a considera frágil para sustentar a reforma proposta e afirmou ainda não ter se inteirado sobre as produções dos currículos de matemática, língua portuguesa e ciências, assim pediu que o Consed informe sobre como está o andamento dessa produção (para subsidiar o Projeto do Banco Mundial). A Secretária acredita que possam ser criados grupos técnicos

específicos, com alguns poucos especialistas, para discutir os currículos de língua portuguesa e matemática, estudar as referências, nos moldes do que Sobral fez. A proposta é começar com língua portuguesa e matemática, porque são basilares para o aprendizado de todas as outras matérias.

- O Sr. Natalino Uggioni expôs que Santa Catarina está trabalhando com o foco que a Secretária Ilona Becskeházy destacou. A premissa é construir um currículo que faça sentido e que dê respostas aos estudantes e ao professor. Sugeriu a realização de um levantamento sobre como estão os estados nessa construção e trabalhar em conjunto com o MEC para aperfeiçoar esse trabalho, pois o momento é oportuno para isso.
- O Sr. Alessio Lima sugeriu o nome de uma especialista em currículos de Pernambuco, Ana Selva.
- O Sr. Fred Amâncio comentou que a questão era complexa, que não tem uma estrutura de currículo e **sugeriu marcar uma reunião para tratar desse assunto**, pois os estados estão em estágios bem diferentes, mas, em geral, estão construindo os currículos com o nível de aprofundamento que a Secretária está pensando.
- Como encaminhamento, a Secretária Ilona **Becskeházy** propôs esperar uma semana para finalizar o trabalho do ensino técnico relativo ao acordo com o Banco Mundial, e, na sequência, montar um grupo de trabalho para português e outro para matemática. Propôs também a realização de reunião virtual, na qual faria uma apresentação da questão, para ser identificado qual o problema e como está a situação na ponta, além de ser avaliada a melhor maneira de otimizar a utilização dos recursos do Banco Mundial na resolução dessa questão.

A Secretária Ilona **Becskeházy** agradeceu imensamente a participação de todos e encerrou a reunião.

Brasilia, 26 de junho de 2020.

---

[1] <https://www.oecd.org/pisa/>

[2] Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

<https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/ocde/brasil-na-ocde/relacionamento-brasil-ocde/relacionamento-brasil-ocde>

[3] <https://www.oecd.org/pisa/>

[4] <https://timssandpirls.bc.edu/timss-landing.html>

[5] <https://timssandpirls.bc.edu/pirls-landing.html>

[6] <https://es.unesco.org/fieldoffice/santiago/projects/llce>



Documento assinado eletronicamente por **Natalino Uggioni, Usuário Externo**, em 22/07/2020, às 14:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Fabício Storani de Oliveira, Diretor(a)**, em 23/07/2020, às 11:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.





Documento assinado eletronicamente por **Ilona Maria Lustosa Becskeházy Ferrão de Sousa, Secretário(a)**, em 23/07/2020, às 16:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Patrícia Lueders, Usuário Externo**, em 23/07/2020, às 17:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Henrique Moraes, Usuário Externo**, em 24/07/2020, às 10:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Vilson Sena de Macedo, Usuário Externo**, em 24/07/2020, às 13:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Amorim de Angelo, Usuário Externo**, em 24/07/2020, às 18:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos de Souza Lobo, Usuário Externo**, em 24/07/2020, às 19:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Miguel Martins Garcia, Usuário Externo**, em 24/07/2020, às 22:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Francisco Nadalim, Secretário(a)**, em 27/07/2020, às 12:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Frederico da Costa Amâncio, Usuário Externo**, em 27/07/2020, às 16:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA CECILIA AMENDOLA DA MOTTA, Usuário Externo**, em 27/07/2020, às 18:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Alessio Costa Lima, Usuário Externo**, em 27/07/2020, às 18:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mec.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2158443** e o código CRC **EED862F7**.